



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011340-72.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto**
 Requerente: **Maria Fernandes dos Santos**
 Requerido: **Bfb Leasing Sa Arrendamento Mercantil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença onde a ré alega excesso de execução no tocante ao valor pleiteado pelo autor, pois a tarifa que conclama o recebimento não lhe foi cobrada.

O autor sustenta erro material no acórdão que determinou a devolução das tarifas que apontou indevidas.

Assim posta a questão, é incontroverso que o documento de fl. 126 comprova que a única tarifa que pagou e determinada a devolução trata-se da tarifa "despesas de promotora de vendas".

Dessa maneira, a prova apresentada prestigia satisfatoriamente os argumentos do executado e não foi contraposta convincentemente por outros elementos de convicção.

A decisão recursal que transitou em julgado, foi clara em estabelecer que a tarifa que a ser restituída é a de "ressarcimento de despesas de promotora de vendas".

É por isso que, acolhendo-se a impugnação de fls. 123/130, extingue-se a execução, considerando-se que a devolução da tarifa cobrada foi em consonância com a decisão do colegiado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a impugnação para extinguir a execução pelos motivos elencados na fundamentação da presente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Expeça-se mandado de levantamento, do depósito de fls. 122, em favor do autor, e oportunamente destruam-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 29 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**